

Dois pesos e duas medidas? Maternidade e vida acadêmica de doutorandas de uma universidade pública

¿Dos pesos y dos medidas? Maternidad y vida académica de estudiantes de doctorado en una universidad pública

Two Weights and Two Measures? Maternity and Academic Life of Doctoral Students at a Public University

Silvana Maria Bitencourt

Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal do Mato Grosso / Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMT, Cuiabá/MT, Brasil

Cristiane Batista Andrade

Departamento de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, FIOCRUZ/RJ, Brasil

Recibido el 17 de mayo de 2021; aceptado el 4 de octubre de 2021

Disponible en internet en abril de 2022

Cómo citar este artículo: Bitencourt, Silvana Maria y Andrade, Cristiane Batista. (2022). Dois pesos e duas medidas? Maternidade e vida acadêmica de doutorandas de uma universidade pública. *Debate Feminista*, 32, 64: e2353. <https://doi.org/10.22201/cieg.2594066xe.2022.64.2353>

Resumo: O artigo analisa a relação entre a vida acadêmica e a maternidade entre doutorandas mães em diferentes áreas em uma universidade pública. Foram realizadas dez entrevistas em caráter de profundidade. Os resultados mostram: a compreensão da maternidade entre as acadêmicas mães passa pela elaboração de um novo uso do tempo; o sentimento de culpa e a responsabilidade pelo cuidado dos filhos; autocobranças por não estarem correspondendo ao ideal de acadêmica imposto pelo contexto acadêmico atual; falta da participação dos pais no cuidado e

Correo electrónico: silvanasocipufmt@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-3183-373X>

Correo electrónico: cristiane.andrade@fiocruz.br; <https://orcid.org/0000-0003-1441-9171>

Debate Feminista 64 (2022), pp.32-55

ISSN: 0188-9478, eISSN: 2594-066X, Año 32, vol. 64 / julio-diciembre de 2022/

<https://doi.org/10.22201/cieg.2594066xe.2022.64.2353>
e2353

© 2022 Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones y Estudios de Género. Este es un artículo Open Access bajo la licencia CC BY-NC-ND (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

sobrecarga das mulheres. Há a necessidade de se pensar em políticas públicas para a conciliação àquelas decidiram pelo trabalho na esfera produtiva.

Palavras-chave: Maternidade; Pós-graduação; Mulheres; Gênero

Resumen: El artículo analiza la relación entre la vida académica y la maternidad entre estudiantes de doctorado en diferentes áreas de una universidad pública. Se realizaron diez entrevistas a profundidad. Los resultados muestran que la comprensión de la maternidad entre las madres académicas implica, entre otras cosas: la elaboración de un nuevo uso del tiempo; culpa y responsabilidad por el cuidado de los niños; reproches a sí mismas por no corresponder al ideal académico impuesto por el contexto académico actual; falta de participación de los padres en el cuidado de los hijos; y sobrecarga para las mujeres. Es necesario pensar en políticas públicas que compensen a quienes decidieron trabajar en la esfera productiva.

Palabras clave: Maternidad; Posgrado; Mujeres; Género

Abstract: The article analyzes the relationship between academic life and motherhood in doctoral students in various areas of a public university. Ten in-depth interviews were conducted. The results show that the understanding of motherhood among academic mothers involves developing a new use of time; guilt and responsibility regarding childcare; self-recrimination for failing to live up to the academic ideal imposed by the current academic context; lack of paternal involvement in care and women's role overload. It is essential to design public policies to accommodate those who have chosen to work in the productive sphere.

Keywords: Motherhood; Graduate Studies; Women; Gender

Introdução

Em 2010, as reivindicações de pesquisadoras brasileiras (Tavares, 2007; Aquino, 2006; 2009; Tabak, 2002) sobre a maternidade na pós-graduação, repercutiram nas regras das agências de fomento, pois o consentimento da licença-maternidade durante os cursos de mestrado e doutorado veio para reconhecer que as mulheres podem ser mães durante a pós-graduação.¹ Analisar esta relação entre maternidade e vida acadêmica põe em pauta as desigualdades de gênero historicamente vivenciadas pelas mulheres, quando a questão da maternidade ainda não tinha sido analisada como uma impli-

¹ Para mais informações, ver: Mães pós-graduandas conquistam o direito à licença maternidade. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2010/11/maes-pos-graduandas-conquistam-o-direito-a-licenca-maternidade>. Acesso em: 18 novembro 2010.

cação no processo de formação acadêmica para as mulheres. Considerando que um curso de doutorado exigirá, tanto das mulheres com filhos como das sem filhos e dos homens, sendo estes pais ou não, igual tempo para se produzir conhecimento científico, o cuidado dos filhos, especialmente quando pequenos, ainda tem ficado, na maioria das vezes, sob encargo das mulheres acadêmicas (Bitencourt, 2011; 2013; 2014).

A vida acadêmica, contudo, parte do princípio de que as mulheres, tendo oportunidades iguais aos homens, poderiam incorporar as regras, as normas, os códigos do campo acadêmico, logo não precisaria haver mudanças nos processos relativos à produção de conhecimento (Schienbinger, 2001).²

A implicação desta ideia se fragiliza quando se constata que homens e mulheres vivenciam histórias corporais e emocionais diferenciadas, posto que são as mulheres ainda as que são responsabilizadas pela maior parte do trabalho de cuidado, este que compreende o zelo dos filhos, da família, da casa, ou seja, o trabalho doméstico não remunerado (Hirata, 2017; 2010; Sorj, Fontes e Machado, 2007; Krmpotic e De Ieso, 2010; López *et al.*, 2011).

Nesse sentido, o entendimento da divisão sexual do trabalho e os dilemas relacionados a ela ainda não foram resolvidos tanto nas famílias, a partir da redistribuição do trabalho doméstico entre o casal, como no Estado, a partir da elaboração de políticas públicas, de forma que considerem que, em algum momento, mulheres terão filhos atuando no mercado de trabalho, portanto não poderão se responsabilizar totalmente pelo cuidado deles.

Desse modo, o conceito de divisão sexual do trabalho (Hirata e Kergoat, 2007; Hirata, 2017) é importante para as análises e compreensões dos *modus operandi* de como cientistas que são mães enfrentam os papéis estabelecidos diante da ciência e da maternidade. Esse conceito, trazido a partir dos estudos da sociologia do trabalho e das relações de gênero, compreende o trabalho como aquele que está associado à remuneração ou não, ou seja, engloba toda a atividade desempenhada nos espaços públicos e privados, incluindo a doméstica (cuidado familiar, com filhos, com a casa e alimentação, dentre outros), realizada predominantemente pelas mulheres e gratuitamente, por vezes (Hirata e Kergoat, 2007; Hirata, 2017).

² Campo no sentido bourdieusiano, como um sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em batalhas anteriores), o campo científico é o *locus* de uma competição, no qual está em jogo, especificamente, o monopólio da autoridade científica, definida, de modo inseparável, como a capacidade técnica e o poder social, ou, de outra maneira, o monopólio da competência científica, no sentido da capacidade reconhecida socialmente de um agente falar e agir legitimamente em assuntos científicos (Bourdieu, 1975).

Em se tratando ainda das análises sobre o trabalho na sociedade capitalista e as relações de gênero, temos que a maneira como estão organizadas as dinâmicas familiares é relevante para se entender as estratégias com que as mulheres conciliam a vida produtiva e a familiar. Se, por um lado, há a polarização do trabalho feminino, ou seja, enquanto as mulheres mais qualificadas e com melhores salários estão nas profissões de maior prestígio social, há aquelas que, na contracorrente, estão nos postos de trabalho com baixa remuneração, com pouca valoração social, sendo a maioria das mulheres encontradas nesses espaços: “Como consequência política dessa polarização, tem-se uma exacerbação das desigualdades sociais e antagonismos, tanto entre mulheres e homens, quanto entre as próprias mulheres” (Hirata, 2017, p. 146).

Essa afirmativa nos traz a reflexão de como as acadêmicas e mães conciliam o cuidado de seus filhos com outras mulheres que o estão exercendo nos espaços privados (empregadas domésticas e babás) ou nos escolares, como nas creches e pré-escolas, guetos predominantemente femininos. Nesse cenário, a ideia da conciliação entre a vida acadêmica e familiar parece ser central. Portanto, Hirata (2017) sinaliza quatro tipos de modelos, que são: a) o tradicional, no qual as mulheres cuidam da vida doméstica e os homens são os provedores; b) o de conciliação, no qual as mulheres unem o trabalho profissional com o doméstico/familiar não remunerado; c) o de parceria, no qual mulheres e homens repartem as tarefas; d) o de delegação, no qual as mulheres conferem o cuidado a outras mulheres (babás, professoras, avós, etc.), sendo que “o primeiro grupo de mulheres não pode existir sem o outro” (Hirata, 2017, p. 147).

Nos últimos anos, mesmo que a tendência seja a redução das taxas de fertilidade entre as mulheres latino-americanas, ainda prevalecem dois modelos reprodutivos de família nestes países. Um de mulheres com mais filhos e com menor qualificação profissional, logo há dificuldades de inserirem-se no mercado formal de trabalho. No outro modelo reprodutivo, prevalecem mulheres mais instruídas, que decidiram pela maternidade tardiamente e, conseqüentemente, são menos prolíficas.

Nesse sentido, vale a pena ressaltar que a terceirização do cuidado se apresenta como uma boa opção para as mães de classes médias (Hirata, 2017). No entanto, as de classes populares terão poucas opções em relação ao tempo para se qualificar e buscar a formação de nível superior e/ou cursos de pós-graduação.

As ambivalências entre as conciliações e delegações de mulheres para o equilíbrio da esfera produtiva e reprodutiva são trazidas por López *et al.* (2011) em seu estudo com um grupo de mulheres trabalhadoras com alto grau de instrução, de classes médias em Buenos Aires, que analisou a conciliação entre o trabalho doméstico e profissional e constatou que, tanto na Argentina como nos demais países latino-americanos, ainda não se pode contar com as políticas públicas que auxiliem as famílias contemporâneas com a questão da maternidade.

Os sentimentos e as emoções, no entanto, que repercutem nas subjetividades das mulheres mães, como a necessidade de se sacrificar pelos filhos, assim como a culpa por dedicar pouco tempo a eles, seguida do sentimento de maior responsabilidade se comparada aos pais das crianças, são sentidos e percebidos por diversas mulheres, independentemente da classe social. Estas se sentem responsabilizadas pelo cuidado dos filhos e das tarefas domésticas e tendem a reproduzir a esfera privada como um espaço naturalmente seu (Vasconcelos, 2009; Bitencourt, 2011).

Partindo desse raciocínio, as mulheres com alta qualificação precisam de tempo para produzir cientificamente e, portanto, estão centradas na necessidade de produzir. Assim, tendem a reproduzir as desigualdades de gênero, quando contratam uma mulher para fazer o trabalho doméstico, igual aquele ainda visto como inferior, desvalorizado econômica e socialmente, por não possuir o capital simbólico das profissões de prestígio social (Costa, 2002; Bruschini e Lombardi, 1999).

Bitencourt (2011), contudo, em sua pesquisa com mulheres acadêmicas mães que cursam doutorado, constatou que, mesmo podendo pagar uma empregada doméstica, a acadêmica, ao voltar no final do dia para casa, além do trabalho reprodutivo, que é contínuo, também trará o acadêmico e profissional, pois a vida intelectual exige tempo e dedicação para se produzir.

Sendo assim, o artigo tem como objetivo abordar os significados da maternidade no doutorado a partir das enunciações de acadêmicas que cursam doutorado em diferentes áreas de conhecimento em uma universidade pública.

Partindo do exposto, este texto divide-se em quatro partes: a) os caminhos da pesquisa; b) a maternidade no contexto acadêmico atual; c) as acadêmicas mães e suas experiências em conciliar vida acadêmica e maternidade; d) considerações finais.

Os caminhos da pesquisa

O presente estudo tem como referencial teórico os estudos de gênero, considerando especialmente os estudos teóricos e empíricos vinculados à problemática da divisão sexual do trabalho, destacando o destino contemporâneo do trabalho de cuidado, especialmente quando mulheres decidiram conciliar vida profissional e familiar.

A pesquisa foi realizada em uma universidade pública em diferentes áreas de conhecimento, entre estas: Ciências Humanas e Sociais, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e Engenharias. A amostra foi escolhida a partir de uma lista disponibilizada pelo Centro de Administração Escolar desta universidade, e nela somaram-se 103 estudantes regularmente matriculadas em programas de doutorado destas quatro áreas de conhecimento.

A seleção para as 10 entrevistas semiestruturadas realizadas foi feita via *e-mail*, considerando que, para participar dessa amostra, a estudante deveria estar fazendo a tese e ser mãe. As entrevistas duraram cerca de 1h, foram gravadas e transcritas em um aparelho gravador digital.

Sobre o local da realização da entrevista, este foi na universidade em momentos de intervalos das aulas, geralmente nos laboratórios e núcleos de pesquisas onde estas estudantes participavam e faziam a pesquisa, ou em cafés localizados dentro do campus universitário.

O roteiro de entrevista foi composto de três momentos: maternidade (a vivência da maternidade, assim como o antes e o depois da maternidade; os sentidos da maternidade); a carreira acadêmica (motivos e influências de ter se decidido pela carreira acadêmica) e o binômio entre maternidade e vida acadêmica (como elas conciliavam; o uso do tempo dedicado à carreira e a maternidade; quem ajudava com o trabalho doméstico não remunerado, incluindo o cuidado dos filhos; tratamentos dos atores da pós-graduação).

Sobre as entrevistadas, elas estão entre a faixa etária de 28 e 35 anos; sete são casadas; duas, solteiras; e uma, divorciada. De todas as entrevistadas, apenas duas tiveram bolsa de estudos integral, ou seja, receberam-na por quatro anos, as demais trabalhavam, apenas uma era concursada como servidora federal em um instituto, as demais trabalhavam em instituições privadas para complementar a renda. Segundo elas, o valor da bolsa era muito baixo, não compensava obtê-la, considerando as despesas que tinham com as demandas familiares, assim, achavam melhor trabalhar.

Todos os nomes utilizados neste estudo são fictícios, expressos por letras, a fim de preservar a identidade das doutoradas que participaram desta pesquisa.

Maternidade e vida acadêmica: são compatíveis?

A vida acadêmica na contemporaneidade tem feito as trabalhadoras perderem a noção de espaço e de tempo para atingir o ideal de produção científica, tornando o trabalho uma verdadeira obsessão em suas vidas (Luz, 2008; Bianchetti e Machado, 2009). Essa tendência produtivista e competitiva acentuou-se no Brasil a partir dos anos de 1990, diante da significativa associação entre o fomento e as avaliações nas quais os Programas de Pós-Graduação precisaram submeter-se para obter recursos financeiros e humanos (Bianchetti e Machado, 2009).

Analisando essa relação entre os fomentos e as avaliações, Bianchetti e Machado (2009) salientam que houve benefícios, tais como: o aumento da produção científica e tecnológica brasileira em termos mundiais; a redução do tempo de titulação e o planejamento das ações coletivas. Porém, consideram que essa política produtivista tem mostrado efeitos negativos, pois o ser produtivo tornou-se um fim em si, muitas vezes comprometendo a qualidade do que é ser produzido.

Conforme as entrevistas realizadas com as acadêmicas mães na fase do doutorado, pudemos verificar que, geralmente, o trabalho trazido para casa pela acadêmica não é realizado e, conseqüentemente, acumula-se pois, a sua família (companheiro, filhos, cuidados com a casa) precisa cotidianamente de sua atenção e dedicação.³

Assim, o atributo de “ser cuidadora” ainda influencia muitas mulheres para conciliar a carreira e a maternidade, pois estas se sentem as principais responsáveis pelos filhos (Elias, 2010; Vasconcelos, 2009; Bitencourt, 2011).

Essas mulheres, quando decidem conciliar carreira e maternidade, vivenciam conflitos em incorporar o discurso da produtividade focado na dedicação exclusiva para a vida acadêmica, pois elas necessitam de tempo para atender as outras demandas, como a família, especialmente em se tratando de filhos e suas socializações. Logo, sentem dificuldades em incorporar o *ethos* competitivo presente no campo acadêmico, o que gera contradições entre ser mãe e fazer as suas pesquisas científicas.

³ A fase do doutorado é representada a partir de uma dedicação exclusiva exigida à investigação. Nesse sentido, essa fase compõe-se a partir de uma nova regularização do tempo que possibilita às acadêmicas refletirem sobre os princípios que precisam ser seguidos no campo, portanto qual o *habitus* a ser incorporado para garantir sua participação nele. A fase do doutorado também é compreendida como um tempo efêmero, representado por uma nova organização do uso do tempo devido à exigência de exclusividade, pautada no discurso que a prática científica pressupõe (Bitencourt, 2014, p. 452).

Essa dificuldade de incorporar o *habitus academicus*, muitas vezes, faz a acadêmica se sentir excluída do campo, por não corresponder ao ideal de ser acadêmica sustentado pelo discurso do “ser produtiva”.⁴ Mas isto também a faz se sentir “culpada” por não conseguir “deixar de lado” as responsabilidades vinculadas aos cuidados de seus filhos, pois o fator simbólico da maternidade centrado no “ser cuidadora” ainda tende a influenciar as suas escolhas, refletindo diretamente nos usos do tempo (Araújo, 2006).

Conforme estudos (Leta e Martins, 2008; Felício, 2010; Sedeño, 2001, Guedes et al., 2015), a participação feminina em postos de decisão da ciência e no número de bolsas de produtividade evidenciam numericamente as desigualdades de gênero na distribuição do poder presente no campo acadêmico.

A desigualdade de gênero em termos numéricos permanece contribuindo para os homens e as mulheres solteiras sem filhos terem mais possibilidades de acumular capital científico e maiores posições no campo acadêmico, pois ao chegar a casa, poderão até continuar produzindo seus artigos, diferente das acadêmicas mães que, geralmente, usam seu tempo após o expediente da universidade para as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos (Aquino, 2009; Araújo, 2006).

Uma das razões para esta desigualdade na distribuição do poder no campo científico deve-se ao fato de as mulheres que têm filhos ainda pequenos necessitarem de mais tempo para cuidá-los, principalmente no período de amamentação. Portanto, esta situação na vida das acadêmicas tende a comprometer a sua produtividade, refletindo diretamente no seu tempo para ascender na carreira (Aquino, 2006; 2009; Felício, 2010; Saitovitch, 2006; Tabak, 2002; 2006; Fabbro, 2006).

A autora Márcia Fabbro (2006), em estudo sobre mulheres acadêmicas e maternidade, constatou que muito deste problema que as mulheres contemporâneas sofrem nesta conciliação entre maternidade e carreira acadêmica, está relacionada à referência da “mulher-sucesso”. Segundo a autora, esse modelo de feminilidade nutre a ideia de que a mulher pode ter sucesso tanto na vida profissional como pessoal, não abdicando de nenhuma destas escol-

⁴ *Habitus*: “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas, predispostas a funcionarem como estruturantes, isto é, como princípio que gera a estrutura, as práticas e as representações, que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’, sem que por isso seja o produto de obediência de regras objetivamente adaptadas a um fim, ou do domínio se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um maestro” (Bourdieu, 1999, p. 15).

has, mas procurando táticas para conciliá-las. No entanto, sendo a “mulher-sucesso” um modelo difícil de seguir, as acadêmicas ficam emocionalmente afetadas, pois não conseguem corresponder a este “tipo ideal” de mulher que não negociou o trabalho de cuidado (Fabbro, 2006; Elias, 2010).

A incidência de sofrimento psíquico feminino desencadeado durante a vida acadêmica nos faz refletir sobre as contradições da emancipação feminina, pelo fato de o trabalho realizado na esfera privada não ser igualmente dividido. Muitas vezes, as próprias mulheres não se dão conta de que precisam negociar com seus companheiros meios para se efetivar essa divisão, pois elas mesmas reproduzem a ideia de que o espaço privado é mais adequável a elas (Elias, 2010; Vasconcelos, 2009; Bitencourt, 2014).

Assim, as novas gerações de acadêmicas, que incorporaram a produtividade do trabalho científico como um fim, tendem a “deixar de lado” a maternidade, devido aos problemas que esta pode ocasionar na construção da carreira, considerando o tempo exigido para corresponder ao *habitus* acadêmico, representado no “ser produtiva a qualquer preço” e no tempo gasto quando se tem filhos. No entanto, por meio dos estudos (Hewlett, 2008; Szapiro e Féres-Carneiro, 2002) pode-se constatar que, muitas vezes, o projeto da maternidade é retomado quando essas mulheres alcançam a segurança profissional e financeira para serem mães.

Em relação à escolha pela não maternidade, alguns estudos (Araújo, 2006; Santos, 2007) certificam que as novas gerações de mulheres colocam em primeiro plano a vida profissional, sendo que os projetos ligados ao casamento e à maternidade não necessariamente serão realizados, pois este dependerão da realização profissional.

A tendência de as mulheres escolherem pela não maternidade ocorre mais entre mulheres com maior grau de instrução, ou seja, “quanto mais estudada, menos filhos”. No contexto brasileiro, o demógrafo José Eustáquio Alves, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, confirma a tendência entre as mulheres mais instruídas em reduzir o número de filhos logo enlaces matrimoniais, pois estas têm mais dificuldades de casar ou, então, preferem ficar sozinhas.⁵

Vale a pena ressaltar que as pós-graduandas pertencem a um coletivo socialmente privilegiado em termos de acesso à instrução e são definidas como recursos humanos qualificados, que podem contribuir para o desenvol-

⁵ Para mais informações, ver Dimenstein (2006, 18 de setembro).

vimento científico e tecnológico do país. Também são percebidas como massa crítica e subversiva, pois sua presença nas diferentes áreas de conhecimento tem contribuído para questionar o discurso androcêntrico, que silenciou a participação das mulheres na esfera pública (Tabak, 2002).

Maternidade e vida acadêmica: quando se é mãe no doutorado

As doutorandas mães perceberam, durante as suas práticas cotidianas na universidade e em casa, que tiveram que “abdicar de algo” para desempenhar um dos papéis: ser mãe ou ser acadêmica. Segundo elas, há a preocupação em não conseguir corresponder ao *habitus* acadêmico, pautado na dedicação exclusiva para atingir a produtividade ideal. Isto ocorre devido à dificuldade que elas sentem em se desligarem mentalmente da função materna. Assim, a preocupação com o bem-estar dos filhos é o principal motivo das acadêmicas mães sentirem que estão propensas a sofrerem mais prejuízos em suas carreiras. Isso pode ser percebido nitidamente, conforme a fala da doutoranda A:

Não foi nada fácil vivenciar o momento da maternidade com a exigência normal da instituição. Isso porque: de um lado você tem um momento mágico da sua vida, em que tudo fica lindo, a expectativa de uma nova vida sob sua responsabilidade. Do outro, uma instituição em que você tem cobranças para leituras, entrega de trabalhos, tem que se superar e compreender coisas que exigem um olhar crítico e desvelador. Às vezes, você está num momento em que o bebê não está bem, em casa e você tem que fazer uma crítica a um autor contemporâneo. Essa é dificuldade: ter que lidar com coisas adversas no seu próprio ser, no seu próprio interior: ter que ser boa mãe e não deixar o bebê piorar a febre. Ter que ser boa o bastante para ter lido todo o texto como os colegas e ter feito uma boa crítica sobre um determinado autor ao mesmo tempo, na mesma tarde! Porém, não acredito que esses conflitos, na maioria das vezes internos, possam vir a ser motivo de preconceitos ou diminuição de valor (Doutoranda das Ciências Humanas).

Nesse sentido, as doutorandas mães enfatizam que sofrem desvantagens na qualidade de vida, pois precisam dividir o tempo entre maternidade e doutorado. No entanto, afirmam que priorizam a relação com os filhos em suas vidas. A autora Emília Araújo (2006) constatou que as doutorandas mães nutrem um sentimento de responsabilidade pelo cuidado dos filhos, que dificilmente as deixa livres para se dedicar integralmente ao doutorado.

Com relação a esse sentimento de interdição, que a mulher sente em deixar os filhos por causa do trabalho acadêmico, a autora constatou que tende a ocorrer não apenas no plano longo (por exemplo, na ida para o es-

trangeiro), mas também no plano curto (por exemplo, ficar na universidade durante a noite ou ao fim de semana) (Araújo, 2006).

As doutorandas mães enxergam a contradição entre as práticas cotidianas vinculadas à maternidade e as teorias estudadas no campo acadêmico e, conseqüentemente, isto tende a gerar conflitos subjetivos.

A doutoranda A da área das ciências humanas reconhece que, quando se é mãe no doutorado, não é fácil atingir a concentração ideal para o trabalho acadêmico. No entanto, na compreensão da doutoranda, as acadêmicas mães vivenciam este conflito pelo fato de se sentirem “presas” aos seus filhos, pois estes estão sob sua “responsabilidade”. Caso o filho adoça, a doutoranda terá que equilibrar essas eventualidades que a maternidade pode ocasionar. Porém, na compreensão dela, há uma condição diferente no campo acadêmico quando se é mãe, sendo que esta diferença não pode ser tratada como um “preconceito ou desvalor”.

A doutoranda B da área das ciências exatas também disse sentir esses conflitos subjetivos por ser mãe no campo. Percebe ser muito difícil abstrair de seu pensamento as suas obrigações relacionadas à maternidade. Para a entrevistada, a desigualdade de gênero ocorre no campo acadêmico não por ser “mulher”, mas por precisar conviver com modos diferentes de lidar com o uso do tempo. Conforme seu relato sobre o cotidiano de ser mãe e acadêmica, tem-se:

No dia real eu estou sempre correndo. Eu estou sempre cansada. Pois, imagina, carregar a minha filha. Imagina, carregando bolsa, carregando aquilo. Tem sempre a preocupação, de repente, alguém me ligar. Precisa trazer um lanche, tem que buscar porque está com febre. Então, eu acho que a pesquisadora não tem isto, a pesquisadora normal sem filhos, ela vem e tem tempo para se dedicar com aquilo. Ela não tem a preocupação com uma pessoa, sabe de uma pessoinha que depende dela. Então, eu acho que isto faz você ser diferente. Até mesmo a questão da cabeça. Sabe? De você chegar de cabeça limpa ou aí briguei com o marido, briguei com o namorado. É diferente do que ter a preocupação com a criança. Eu acho que nunca estou 100% aqui [na universidade] (Doutoranda das Ciências Exatas).

Na percepção da doutoranda, a pesquisadora “normal” seria aquela mulher que escolheu pela não maternidade, pois a responsabilidade sobre a educação do filho é assumida, quase sempre, pela mulher. A paternidade, diferentemente da maternidade, não é compreendida por meio de interdependência emocional entre pai e filho. A entrevistada B chegou a esta elaboração após ter passado por um processo de divórcio:

Eu acho totalmente diferente, eu acho que, quando um casal tem filhos, a mulher vai estar com essa criança o resto da vida. É um filho dela, é uma responsabilidade dela, raramente vai abandonar. Diferente do homem, que, quando ele quiser virar as costas, diz: 'estou indo embora'. Ele vai. Ele não tem aquela obrigação, ele não tem aquela ligação, ele vira as costas e simplesmente sai.

As doutorandas admitem que não conseguem se dedicar exclusivamente ao doutorado, pois sentem que são as principais responsáveis pelos seus filhos. Assim, dificilmente se propõem a atingir uma produtividade satisfatória, pois a maternidade as impossibilitam de serem pesquisadoras assíduas no campo acadêmico, comparando-as com as demais que não têm filhos.

A relação entre produtividade e maternidade é um binômio que passa por diferentes compreensões na literatura sobre gênero e produtividade (Ferreira *et al.*, 2008). Enquanto algumas correntes compartilham da perspectiva que as mulheres seriam tão produtivas como os homens, pois o sucesso na carreira científica dependerá da capacidade individual (Cole e Zuckerman, 1991), outros autores têm mostrado que as mulheres, conseqüentemente, vivenciam desvantagens devido à maternidade exigir tempo e dedicação aos filhos (Long, 1992).

Para Tabak (2002), as mulheres que têm filhos não necessariamente produzem menos. A maternidade pode representar um período de baixa na produção acadêmica durante algum tempo, mas isto não determina que ela possa tornar a mulher improdutivo. Por isso, a maternidade não pode ser um motivo de abandono ao projeto de carreira profissional (Tabak, 2002).

As doutorandas mães percebem que a maternidade impossibilita as ausências, em períodos curtos ou longos, para participarem de congressos e seminários, para assim alargarem suas redes de contatos informais nessa área. A autora Maria Estela Aquino (2009) salienta a importância da constituição de uma rede de contatos informais no campo científico. Segundo ela, a participação nestas redes, nos últimos anos, tornou-se primordial para as pesquisadoras e pesquisadores estabelecerem contatos com especialistas nos seus temas de pesquisas, parcerias para publicações nacionais e internacionais e terem reconhecimento de seus estudos por seus pares a partir da apresentação em seminários e congressos.

Essa dificuldade das acadêmicas mães de se ausentarem para alargar suas redes de contato é uma entre outras desigualdades de gênero que as acadêmicas vivem para construir suas carreiras (Aquino, 2009; Ferreira *et al.*, 2008). As doutorandas mães admitem sentir a pressão institucional

imposta a partir da existência do *habitus* acadêmico. Contudo, sentem como mais significativa a pressão simbólica exercida socialmente a partir do modelo da “mãe ideal”.

Esta mãe ideal compreende uma representação feminina vinculada naturalmente ao filho, normalmente por laços consanguíneos. Parte deste modelo consiste em assumir todas as responsabilidades ligadas ao cuidado e à educação deste. Do mesmo modo, estas acadêmicas incorporaram o atributo de ser cuidadora, e todos os outros compromissos são vistos como “menores” diante da relação de dependência retroalimentada pela necessidade de afirmar o cuidado que esta pode oferecer ao seu filho.

Essa responsabilidade da mãe com o filho, na visão da grande maioria das doutorandas entrevistadas, consiste em assumir todos os desgastes e desdobramentos emocionais e parte dos custos materiais para o cuidado do filho. As depoentes, ao refletirem como lidam com a prática do serem acadêmicas e mães, percebem diversas dificuldades para participar do campo acadêmico, logo procuram construir algumas táticas a fim de garantir um equilíbrio entre ser mãe e ser acadêmica. No entanto, essa “ginástica” para conciliar maternidade e vida acadêmica não é vivida de um modo tranquilo e harmonioso.

As doutorandas reconhecem a existência de imprevistos domésticos cotidianos que podem comprometer o tempo destinado à elaboração da pesquisa de tese. Esses imprevistos tendem a ocasionar desequilíbrios na organização do uso do tempo para o doutorado e a maternidade.

Conforme a doutoranda C, a ocorrência de imprevistos relativos à maternidade não são considerados por seus colegas homens, que a “olham torto” quando ela necessita sair do laboratório para participar de algum assunto vinculado à maternidade. Segundo ela, eles reprovam a sua atitude em dividir seu tempo entre vida pessoal e acadêmica, pois acreditam que a maternidade é inconciliável com o trabalho, por isto suas relações neste espaço são pautadas na impessoalidade. A doutoranda se autoexclui e sente-se diferente por sua condição de mãe, que é incompreensível para os/as outros/as que não têm filhos.

Aqui no departamento eu não associo uma coisa à outra [relações profissionais e relações pessoais]. Tanto que eu não costumo ir a churrascos. Quando eu vou [a churrascos], eu vou sozinha. Eu não consigo trazer a minha filha, não sei até porque não tem muita aceitabilidade ou eu não me sinto à vontade. Sim, de repente, eu vejo até por ser pouco, eu sinto assim, tem uma visão diferente. Eu sinto ‘ah, mas ela foi engravidar. O que ela fez com a vida dela?’. Na verdade, assim, eu acho que, nos momentos [em] que eu preciso me afastar, por exemplo, ‘ah, vocês vão me dar licença que eu tenho reunião na escola da minha filha’, eu vejo que colegas

de laboratório me olham torto. Poxa, não vai ficar trabalhando, precisa realmente ir a reunião lá, eu vejo isto (Doutoranda das Ciências Biológicas).

Na visão da doutoranda C, o fato de “ser mãe” no campo acadêmico contribui para um tratamento mais excludente do que “ser mulher”, por isto as mulheres mães sentem-se duplamente excluídas. Para ela, o fato de seus colegas estarem todos solteiros e não terem filhos lhes impede de compreender os compromissos assumidos em uma família. Portanto, este fato tende a contribuir para estimular uma forma de “estranhamento preconceituoso” que seus colegas têm em relação à maternidade no campo. As responsabilidades que permeiam as mulheres quando são mães na Universidade são vistas como estranhas por uma grande maioria, que não vivencia a maternidade, não há clareza sobre o que é ser mãe para “o outro”. Na observação da doutoranda C, encontramos esta incompreensão da parte de seus colegas homens sobre os valores e as obrigações assumidas na maternidade.

A doutoranda D, da área das ciências exatas, também comentou ter dificuldade de sociabilidade com o pessoal de seu laboratório fora do ambiente de trabalho, devido à sua família. Todavia, não se sente excluída, pois não demonstra desejo de se sociabilizar. Em sua compreensão, a maternidade em si engloba uma dinâmica cotidiana diferente, porém reconhece que as pessoas, quando a conhece, “levam um choque”, por ela estar realizando o doutorado com dois filhos, conforme diz:

Sim, na verdade, quando o pessoal me conhece, meio que leva um choque, porque é uma coisa bem estranha uma mulher com dois filhos. Uma coisa que a maioria não tem e assim há uma amizade aqui, uma amizade fora é difícil. Sabe, uma questão de sair e ter algum passeio? A coisa é diferente quando você tem uma família e não tem um namorado. Uma coisa, então, a questão social é meio complicado, porque, com o pessoal daqui, eu não saio (Doutoranda das Ciências Exatas).

A reação dos “outros” em relação à sua maternidade tende a confirmar que esta escolha no campo acadêmico ainda é vista como um empecilho para as mulheres exercerem a prática científica. A maternidade é vista como algo negativo, reiterando o feminismo que salientou esta condição como o principal alvo para a dominação masculina por meio dos atributos biológicos femininos (Scavone, 2001).

As doutorandas mães enfatizaram que a maternidade é incompreensível para as pessoas que não têm filhos. As mães, quando chegam em casa, dificilmente conseguem estudar como fazem na universidade.

Estudos (Araújo, 2006; Aquino, 2009; Santos, 2007; Fabbro, 2006; Elias, 2010; Bitencourt, 2011; 2013) sobre acadêmicas e maternidade salientam que a responsabilidade assumida pelas mulheres em relação ao cuidado dos filhos passa pela força da representação social da maternidade, sendo o atributo do cuidado um elemento constituidor que opera na construção da identidade da mulher mãe.

Vasconcelos (2009), ao analisar o contexto contemporâneo marcado pela presença massiva de mulheres no mercado de trabalho, sublinha as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no reconhecimento de seus trabalhos produtivos e reprodutivos. Para a autora, é necessário um planejamento que insira outros sujeitos para colaborar com o cuidado dos filhos, pois o trabalho produtivo feminino não deve ser compreendido a partir de um trabalho secundário, e as mulheres profissionais, por assumirem a responsabilidade com os filhos, acabam tendo prejuízos na carreira.

As acadêmicas sentem-se excluídas e culpadas por não conseguirem desvincular-se dos filhos para corresponder ao ideal de pós-graduanda a partir do “ser produtiva”, ou seja, dedicar a maior parte de seu tempo à experiência do trabalho. Aliás, a questão do uso do tempo é essencial para a compreensão de como as mulheres organizam suas vidas na dinâmica do trabalho de ser cientista e ser mãe. A partir das análises de Abramo e Valenzuela (2016), entende-se que, embora tenha havido um aumento do número de creches para atender crianças menores de três anos, ainda são poucas para atender as demandas sociais. O trabalho de reprodução social ao encargo, sobretudo das mulheres, são fatores que aumentam as desigualdades de gênero, ou seja, o fato de elas trabalharem tanto no espaço reprodutivo como produtivo, e os homens estarem mais na esfera produtiva, de maneira geral (Abramo e Valenzuela, 2016), não deixa de ser vivido sem conflitos e ambiguidades.

Esse fenômeno é expresso pelas depoentes desta pesquisa, já que o uso do tempo dentro e fora da academia está em constante “fazer”: teses, leituras, cuidado com a febre do filho, alimentação, dentre outros. As repercussões dessas inúmeras atividades são tratadas como cansativas e intensas, como diz a doutoranda B, ao ter que realizar uma jornada extensa de conciliação. Ademais, as relações de conflito com os parceiros também são postas no cenário, já que verbaliza a briga com ele diante de suas demandas diárias de cuidado. A responsabilidade materna permeia a representação do “ser mãe” entre as acadêmicas desta pesquisa. A representação que vigora socialmente

sobre a maternidade, de que a mãe é a principal responsável pelo cuidado do filho, contribui para as acadêmicas mães sentirem-se em desvantagens em relação aos homens e às outras mulheres sem filhos, pois a responsabilidade materna as impossibilita de terem uma produtividade “satisfatória” em suas próprias visões.

A maternidade em si, contudo, não é conflitante com a carreira, esse conflito só ocorre quando a mulher assume a premissa de uma agente que presta um cuidado incondicional ao filho, independentemente de ter atividades pendentes na vida acadêmica. Constatamos, nas entrevistas, que a pressão institucional sentida pelas mães no doutorado é significativa. No entanto, a pressão em relação ao cuidado, ao ideal de maternidade socialmente representado, é ainda maior.

Assim, a maternidade é vista como uma relação dual entre mãe e filho, não há espaços para outros protagonistas nesta relação, alguns companheiros assumem o lado coadjuvante, mas a responsabilidade ainda é da mãe. Diante dessa evidência da identidade da mulher-mãe representada socialmente a partir do atributo do “ser cuidadora”, podemos verificar a força da imposição social deste atributo para a construção da identidade do binômio mulher e mãe (Fabbro, 2006; Elias, 2010; Vasconcelos, 2009).

O sentimento de culpa é quase onipresente neste meio, tanto quando escolhem dedicarem-se aos filhos como quando decidem pela carreira. Scavone (1985), em pesquisa com mães de classes populares no Maranhão, ressalta que a “culpa” aparece como um efeito da força da imposição social de um ideal de maternidade que permeia na sociedade, afeta todas as mulheres independentemente da classe social. Em diferentes graus, a maternidade tem sido construída por sentimentos como culpa e ansiedades, que afetam o fator psicológico e a vida das mulheres.

Nas enunciações das doutorandas sobre o cuidado, constatamos que o sentimento de responsabilidade em relação ao filho ocorre independente da idade deste, pois cada período da infância é percebido com exigências específicas de cuidado. Segundo as doutorandas, a maternidade também impossibilita o desligamento dos assuntos vinculados ao espaço doméstico. Elas devem estar sempre preparadas, por exemplo, para lidar com imprevistos ligados à saúde do filho e, logo, o trabalho acadêmico fica atrasado. Esses imprevistos têm feito as acadêmicas mães sentirem-se excluídas e “malvistas” no campo, por sentirem que têm menos tempo para se dedicarem à vida acadêmica.

A dinâmica da universidade contribui para reproduzir desigualdades de gênero, pois os homens e as mulheres solteiras e sem filhos são representados como sujeitos que terão mais tempo para se dedicar ao trabalho acadêmico, para eles e elas, os espaços domésticos são negados. Entre as táticas utilizadas pelas doutorandas mães, estão: contar com a ajuda de rede de apoio familiar para cuidar da criança e as instituições de educação infantil, como as creches e pré-escolas. Esses “braços a mais” apresentam-se como condição primordial para a doutoranda organizar seu tempo entre doutorado e o cuidado dos filhos.

Da mesma maneira, o cuidado como uma relação social que permeia as dinâmicas familiares e as formas como as mulheres organizam a vida não deve ser pensado sem o contexto da democracia e, portanto, coletivamente. Partindo do pressuposto de que as responsabilidades das mulheres nem sempre são escolhas, a elas cabem os cuidados desprendidos com a família e espaço doméstico, o que se apresenta de maneira desigual entre os homens e as mulheres, já que elas “implicam envolvimento, tempo e energia de quem as realiza, sendo ou não passíveis de caracterização como trabalho produtivo” (Biroli, 2015, p. 94). De acordo com essa autora, ainda que a inserção das mulheres de classe média esteja, cada vez mais, frequente no mercado de trabalho, o cuidado com os filhos irá perpassar pela contratação formal ou não, da mão de obra de outras mulheres, como as babás e empregadas domésticas. Além disso, a utilização das instituições de educação infantil pública, embora escassas, é uma alternativa que nem sempre contempla todas as mulheres (Biroli, 2015).

A mulher mãe é percebida como “a cuidadora” e a principal responsável pelos seus filhos, mas também pode significar uma decisão que comprova que esta mulher realmente é “corajosa” e “heroína”. Ambos os atributos socialmente valorizados se apresentam na dicotomia de gênero, como elementos culturalmente vinculados à masculinidade. Nesse sentido, as doutorandas ainda partem de uma perspectiva que opera por desigualdade de gênero, pois a maternidade é percebida como “anormal” no contexto acadêmico, por tratar de mulheres que estão imersas em um campo simbólico onde prevalecem valores vinculados ao ser masculino (Keller, 1996).

A maternidade também é vivenciada como um “momento mágico”, e “ter um ser dependente” proporciona uma visão do mundo moldada por mais paciência, já que a mulher torna-se um ser mais sensível, mais tolerante, contribuindo para estas entenderem melhor as atitudes de suas

mães e dos outros à sua volta. As doutorandas tendem a assumir o trabalho doméstico quando o companheiro paga todas as despesas da casa. Nessa situação, a empregada doméstica pode surgir como uma “apaziguadora de lares”, mantendo a organização da família.

A paternidade não é percebida por meio de uma nova forma de lidar com o filho, pois o pai é compreendido na sua ambiguidade ora como uma figura que merece respeito (pois paga todas as contas da família, ou seja, faz seu papel social de “provedor”) ora como alguém que presta uma ajuda complementar nas tarefas domésticas e no cuidado dos filhos. Entretanto, pode-se constatar também, na fala de uma doutoranda, que a figura do pai pode tornar-se fugaz a qualquer momento, pois o filho é percebido como um ser que pertence “naturalmente” à mãe, por mais que os pais se esforcem em incorporar uma paternidade, além do “ser provedor”.

Com relação aos movimentos sociais na busca pelos enfrentamentos das desigualdades nas relações entre a vida acadêmica e a esfera reprodutiva, em 2018 houve iniciativas realizadas a partir das próprias cientistas como o “Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência”, organizado pela cientista Fernanda Staniscuaski da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este simpósio já conta com duas edições (2018 e 2019). Por meio do projeto *Parent in Science*, a investigação analisa quantitativa e qualitativamente os impactos da maternidade provocados na vida das/os cientistas brasileiras/os.⁶ Além disso, é importante registrar o movimento “maternidade no *lattes*”, que surge a partir do encaminhamento do primeiro simpósio, as mulheres mães e os homens pais são convidados a publicarem o número de filhos e o período que foram mães e pais e estavam em licença (Dantas, 2019, 27 de março). Esse movimento das cientistas também deu origem, em agosto de 2018, a um grupo de estudos “equidade de gênero” na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A força do movimento das cientistas brasileiras, em diálogo com as agências de fomento e as universidades, contribuiu para universidades como a Federal Fluminense, Federal de Pelotas e Federal do Pampa incluírem, em seus editais de concursos e bolsas de pesquisa, a maternidade para a análise dos currículos das mulheres mães. Nesse sentido, esses movimentos comprovam que a maternidade, portanto o trabalho de cuidado, precisa ser pensado além do trabalho realizado por elas, pois é uma questão de políticas públicas.

⁶ Para mais informações, ver: Anais do II Simpósio Brasileiro sobre maternidade e ciência. (maio de 2019).

Considerações finais

A partir dos anos de 1990, as escolhas das gerações de mulheres pós-feminismo são conflitantes. A emancipação feminina, que significativamente contribuiu para que as mulheres pudessem ingressar nas universidades e no mercado de trabalho, não lhes garantiu uma democratização do trabalho de cuidado, ficando sobrecarregadas por terem que conciliar trabalho doméstico e extra-doméstico. Por isso, o uso do tempo das acadêmicas mães implica em se pensar em novos arranjos para a mulher conseguir lidar com a vida familiar e profissional sem prejuízos.

As acadêmicas, quando mães, sofrem os efeitos da socialização feminina por se sentirem responsáveis e obrigadas a ampliarem suas horas de trabalho para o universo da casa. Assim, continuam a ter que lidar com a dupla jornada de trabalho. Atualmente, muitas mulheres foram beneficiadas das conquistas feministas. Uma das mudanças positivas que o feminismo propiciou foi desvincular a sexualidade da reprodução, possibilitando às mulheres negarem ou escolherem a maternidade a partir do uso de tecnologias contraceptivas e conceptivas.

Também, a participação dos homens nesta nova configuração da maternidade contribui e caminha para uma relação de gênero mais igualitária (Scavone, 2001).

A maternidade socialmente representada, contudo, pressupõe a história de um corpo biologicamente “diferente”, pois, desde a gestação, a mulher tende a tornar-se a responsável pela saúde do ser concebido. A transição da maternidade, quando esta deixou de ser um destino para tornar-se uma escolha, propiciou uma maior reflexividade entre as mulheres sobre as inúmeras questões que a envolvem.

Assim, “ser mãe” é entendido como um fenômeno que compreende uma dimensão social, econômica e também psicológica, se verificarmos os sentimentos de culpa e de ansiedades (Scavone, 2004). Portanto, faz-se necessário o tratamento das especificidades de um corpo que foi historicamente inferiorizado e compreendido como menos adequável ao mundo público. É preciso refletir sobre suas experiências biossociais, para não silenciarmos mais o preconceito, as microdesigualdades de gênero que permeiam o campo.

Pressupor, entretanto, que a maternidade é um motivo de a mulher mãe ser definida como duplamente excluída do campo pode ser uma forma de reafirmarmos a definição do “ser mulher” por meio da maternidade e excluir outras mulheres que compartilham de valores e atitudes que

procuram novas formas de realização para a vida, outras necessidades de experiências.

Importante salientar que, nesse contexto, a representação da cientista, que tem o conhecimento como um fim, é abandonada e substituída pela nova representação de “ser cientista”, associada ao mercado de trabalho científico. Assim, as novas identidades acadêmicas produzidas nos atuais processos que envolvem a fase do doutorado, que deveria ser vivenciada como algo prazeroso, passou a ser vivenciada a partir do sofrimento psíquico diagnosticado, comum em um *habitus* que, quando incorporado, implica na renúncia da vida pessoal.

Partindo dessa constatação, é necessária a aproximação das diferentes experiências de mulheres mães vivenciadas na pós-graduação, a fim de tornar visíveis e traduzíveis para a comunidade científica as políticas de sensibilidades, logo as condições que as mulheres mães precisam lidar para produzir ciência na atualidade.

Referências

- Abramo, Laís e Valenzuela, María Elena. (2016). Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: Uma repartição desigual. In A. R. de P. Abreu, H. S. Hirata, & M. R. Lombardi (orgs.), *Gênero e trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais* (pp. 113-124). São Paulo: Boitempo.
- Anais do Segundo Simpósio Brasileiro sobre maternidade e ciência. (maio de 2019). Porto Alegre, 16-17 de maio. Disponível em: <<https://doity.com.br/anais/simposiobrasi-leiomaternidadeeciencia>>. Acesso em: 08 junho 2019.
- Aquino, Estela M. (2006). Gênero e Ciência no Brasil: Contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. In Presidência da República (org.), *Pensando gênero e ciência: Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas* (pp. 11-27). Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Aquino, Estela M. (2009). Gênero e Ciência no Brasil: Contribuições para pensar a ação política na busca de equidade. In M. L. Heilborn, E. M. Aquino, R. M. Barbosa, F. I. Bastos, E. Berquo, & F. Rohden (orgs.), *Sexualidade, reprodução e saúde* (pp. 57-72). Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Araújo, Emilia Rodrigues. (2006). *O doutoramento: A odisséia de uma fase de vida*. Lisboa: Editora Colibri.
- Bianchetti, Lucídio e Machado, Ana Maria Neto. (2009). Trabalho docente no Strictu Sensu: Publicar ou morrer! In F. Fidalgo, M. A. M. Oliveira, & N. L. R. Fidalgo (orgs.), *A Intensificação do trabalho docente: Tecnologias e produtividade* (pp. 49-89). Campinas: Papirus.

- Biroli, Flávia. (2015). Responsabilidades, cuidado e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 81-117. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-335220151804>>. Acesso em: 29 setembro 2017.
- Bitencourt, Silvana Maria. (2011). *Candidatas à ciência: A compreensão da maternidade na fase do doutorado*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, Doutorado em Sociologia Política.
- Bitencourt, Silvana Maria. (2013). *Maternidade e carreira: Reflexões de acadêmicas na fase de doutorado*. Jundiaí: Paco Editorial.
- Bitencourt, Silvana Maria. (2014). Os efeitos da política de produtividade para as novas gerações de acadêmicas na fase do doutorado. *Estudos de Sociologia*, 19(37), 451-468. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/6834>>. Acesso em: 24 agosto 2018.
- Bourdieu, Pierre. (1975). The specificity of the scientific field and social conditions of the progress of reason. *Social Science Information*, 14(6), 19-47.
- Bourdieu, Pierre. (1999). *A profissão de sociólogo: Preliminares epistemológicos*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Bruschini, Cristina e Lombardi, Maria Rosa. (1999). Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: Mulheres em carreiras profissionais de prestígio. *Revista Estudos Feministas*, 7(1), 9-24. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/%x>>. Acesso em: 15 março 2018.
- Cole, Jonathan e Zuckerman, Harriet. (1991). Marriage, Motherhood, and Research Performance in Science. In H. Zuckerman, J. Cole, & J. Bruer (orgs.), *The Outer Circle: Women in the Scientific Community* (pp. 157-170). Nova York: W.W. Norton & Company.
- Costa, Suely G. (2002). Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*, 10(2), 301-323. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000200003>>. Acesso em: 06 setembro 2016.
- Dantas, Carolina. (2019, 27 de março). Após pedido de cientistas, CNPq irá incluir período de licença maternidade e paternidade no currículo Lattes. *Globo online*. Seção Ciência e Saúde. Disponível em <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/03/27/apos-pedido-de-cientistas-cnpq-ira-incluir-periodo-de-licenca-maternidade-e-paternidade-no-curriculo-lattes.ghtml>>. Acesso em: 08 junho 2019.
- Dimenstein, Gilberto. (2006, 18 de setembro). A desconhecida lição das mulheres solteiras. *Folha de São Paulo*, Seção Jornalismo Comunitário. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/colunas/gd180906.htm>>. Acesso 22 fevereiro 2022.
- Elias, Marisa Aparecida (2010). *Sofrimento psíquico e trabalho: Afetividade e culpa na mulher trabalhadora*. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/atividades/afetos/tese1/143/trabalho1.pdf>>. Acesso em: 18 agosto 2016.

- Fabbro, Márcia Regina. (2006). *Mulher e trabalho: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade*. Campinas, SP. (Tese de Doutorado. Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas.
- Felício, José Roberto Drugovitch. (2010). Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. In Presidência da República (org.), *Pensando gênero e ciência: 2º Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas* (pp. 47-54). Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Ferreira, Luiz Otávio, Azevedo, Nara, Guedes, Moema e Cortes, Bianca. (2008). Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 15 (suppl), 43-71. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500003>>. Acesso em: 12 janeiro 2015.
- Ferreira, Virgínia Carmo. (2004). *Relações sociais de sexo e segregação do emprego: Uma análise da feminização dos escritórios em Portugal* [Doutorado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra]. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/479>>. Acesso em: 23 março 2016.
- Ferreira, Virgínia e Lopes, Mônica. (maio de 2004). Repercussões das licenças por maternidade e por paternidade no local de trabalho: Entre o consentimento e a reprovação. *Actas do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas - Reflexividade e Acção*, 156-165. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/42414>>. Acesso em: 22 julho 2014.
- Giddens, Anthony. (2005). *Sociologia* (4º ed). Porto Alegre, São Paulo: Artmed.
- Guedes, Moema Castro, Azevedo, Nara e Ferreira, Luiz Otávio. (2015). A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq. *Cadernos Pagu*, 45, 367-399. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201500450367>>. Acesso em: 27 maio 2017.
- Hewlett, Silvia Ann. (2008). *Maternidade tardia: Mulheres profissionais em busca da realização plena*. Osasco: Editora Novo século.
- Hirata, Helena. (2010). Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos sócio-culturais à igualdade de Gênero na Economia. In: Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão (88, pp. 45-49). Brasília. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.
- Hirata, Helena. (2017). O que mudou e o que permanece no panorama da desigualdade entre homens e mulheres? Divisão sexual do trabalho e relações de gênero numa perspectiva comparativa. In E. T. Leone, J. D. Krein, e M. O. Teixeira, *Mundo do trabalho das mulheres: Ampliar direitos e promover a igualdade* (pp. 143-173). Campinas: Unicamp, IE Cesisit.

- Hirata, Helena, Kergoat, Danièle. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>>. Acesso em: 15 junho 2017.
- Keller, Evelyn Fox. (1996). O Paradoxo da subjetividade científica. In Dora Fried Schinitman (org.). *Novos Paradigmas, cultura e subjetividade* (p. 93-117). Porto Alegre, São Paulo: Artmed.
- Krmpotic, Claudia Sandra e De Ieso, Lia Carla. (2010). Los cuidados familiares: Aspectos de la reproducción social a la luz de la desigualdad de género. *Revista Katálisis*, 13(1), 95-101. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000100011>>. Acesso em: 24 agosto 2017.
- Leta, Jaqueline, e Martins, Flávio. (2008). Docentes pesquisadores na UFRJ: o capital científico de mulheres e homens. In Dilvo Ristoff *et al.* (org.). *Simpósio Gênero e indicadores da educação superior brasileira* (pp. 85-102). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
- Long, J Scott. (1992). Measures of Sex Differences in Scientific Productivity. *Social Forces*, 71(1), 159-178. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2579971>>.
- López, E., Ponce, M., Findling, L., Lehner, P., Venturiello, M. P., Mario, S., Champalbert, L., e Mario, S. (2011). Mujeres en tensión: La difícil tarea de conciliar familia y trabajo. *Revista Semestral de Datos y Estudios Sociodemográficos Urbanos*, 8(1), 7-25. Disponível em: <https://www.academia.edu/64239047/Mujeres_en_tensi%C3%B3n_la_dif%C3%ADcil_tarea_de_conciliar_familia_y_trabajo>. Acesso em: 19 abril 2017.
- Luz, Madel Therezinha. (2008). Notas sobre a política de produtividade em pesquisa no Brasil: Consequências para a vida acadêmica, a ética no trabalho e a saúde dos trabalhadores. *Política & Sociedade*, 7(13), 205-228. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-7984.2008v7n13p205>>. Acesso em: 15 abril 2017.
- Saitovitch, Elisa Bagio. (2006). Visão pessoal de uma física latino-americana. In Presidência da República (org.), *Pensando gênero e ciência: Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas* (pp. 53-61). Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Santos, Gina Maria Gaio. (2007). *O desenvolvimento de carreira dos acadêmicos: Uma análise centrada na relação entre o trabalho e a família* [Tese de Doutorado em Organização e Políticas Empresarias]. Universidade do Minho.
- Scavone, Lucila. (1985). As múltiplas faces da maternidade. *Cadernos de Pesquisa*, 54(2), 37-49.
- Scavone, Lucila. (2001). A maternidade e o feminismo: Diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, 16, 137-150. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>>. Acesso em: 13 abril 2017.
- Scavone, Lucila. (2004). *Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e ciências sociais*. Editora UNESP. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/m96dh>>. Acesso em: 13 abril 2017.
- Schienbinger, Londa. (2001). *O Feminismo Mudou a Ciência?* São Paulo: EDUSC.

- Sedeño, Eulália Peréz. (2001). A modo de introducción: las mujeres en el sistema de ciencia y tecnología. In E. P. Sedeño (Org.), *La mujer en el sistema de ciencia y tecnología: Estudios de casos* (pp. 9-17). Madrid: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura.
- Sorj, Bila, Fontes, Adriana, Machado e Danielle Caruso. (2007). Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 573-594. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300004>>. Acesso em: 19 agosto 2016.
- Szapiro, Ana Maria e Féres-Carneiro, Terezinha. (2002). Construções do feminino pós anos sessenta: O caso da maternidade como produção independente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 179-188. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722002000100019>>. Acesso em: 25 maio 2016.
- Tabak, Fanny. (2002). *O laboratório de Pandora: Estudos sobre a ciência no feminino*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- Tabak, Fanny. (2006). Sobre avanços e obstáculos. In D. Ristoff, I. Tavares, H. P. de Melo, J. Leta, F. Martins, M. R. Lombardi, M. G. de Carvalho, J. da Silva, & W. Weller (orgs.), *Simpósio gênero e indicadores da educação superior brasileira* (p. 27-40). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Tavares, Isabel. (2007). A participação feminina na pesquisa: Presença das mulheres nas áreas de conhecimento. In D. Ristoff, I. Tavares, H. P. de Melo, J. Leta, F. Martins, M. R. Lombardi, M. G. de Carvalho, J. da Silva, & W. Weller (orgs.), *Simpósio gênero e indicadores da educação superior brasileira* (pp. 31-62). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Vasconcelos, Márcia. (2009). Responsabilidades familiares. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de gênero*, 36-43.